

PROUNI: análise de uma política pública no âmbito da PUC Minas¹

ProUni: analysis of public policy under the PUC Minas

ProUni: análisis de una política pública en el ámbito de PUC Minas

MARIA AUXILIADORA MONTEIRO OLIVEIRA

MARINA LINDAURA MARANHA CONTARINE

CARLOS ROBERTO JAMIL CURY

Resumo: Esta pesquisa tem como objeto o Programa Universidade para Todos, analisando sua implantação na PUC Minas, a perspectiva de inclusão social e o desempenho dos bolsistas. Foi feita uma pesquisa Quanti-Quali, utilizando questionários, aplicados aos bolsistas e professores; análise documental; entrevistas e grupos focais. Os dados coletados mostraram que: o PROUNI vem tendo êxito como Política de Inclusão Social; a maioria dos bolsistas tem obtido desempenhos positivos e a evasão é pequena.

Palavras-chave: Ensino superior; PROUNI; inclusão social e desempenho dos bolsistas.

Abstract: This study analyzed the implementation of the *University for All* program at PUC Minas and the perspective of social inclusion and performance by scholar students. A quantitative – qualitative study was conducted using questionnaires administered to both scholar students and teachers, as well as document analyses, interviews and focus groups. The data collected showed that PROUNI has achieved success as a Social Inclusion Policy that most students benefiting from the program have performed well and that dropout rate is low.

Keywords: Higher education; PROUNI; social inclusion and scholar student performance.

Resumen: El objeto de esta investigación es el Programa Universidad para Todos, su implantación en la PUC Minas, la perspectiva de inclusión social y el desempeño de los becarios. Se desarrolló una investigación cuantitativa-qualitativa, aplicando cuestionarios a becarios y profesores; análisis documental; entrevistas y grupos focales. Los datos demuestran que: el PROUNI ha tenido éxito como política de inclusión social; la mayoría de los becarios ha presentado desempeño positivo y la evasión es pequeña.

Palabras clave: Enseñanza superior; PROUNI; inclusión social y desempeño de becarios.

1 Participaram desta pesquisa: Gislaíne M. de Carvalho, Tatiana L. de Castro, Elaine F. de Sousa, Josiane S. Rodrigues e Felipe N. Werneck.

INTRODUÇÃO

A criação de universidades no Brasil, segundo Cunha (1980), diferentemente de outros países da América Latina, ocorreu tardiamente², embora o ensino superior tenha se iniciado, formalmente, em 1808, com a vinda da Família Real.

Esse nível de ensino foi se ampliando, pois, de 20 mil estudantes matriculados em 1931, após sete décadas, 3,5 milhões de alunos estavam nele matriculados. Mas o desenvolvimento desse ensino superior vem se processando “de forma desigual e combinada dos setores público e privado” (CUNHA, 2004, p. 801). Assim é que a rede pública se multiplicou 20 vezes, e a privada, 59 vezes.

Deste modo, aquela expansão do ensino superior, iniciada a partir da Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68 e acelerada, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9394/96, tem ocorrido, principalmente, pela ostensiva participação do empresariado da educação, na criação de instituições de ensino superior (IES).

Na Reforma Universitária feita no período da ditadura, importa considerar que ela se deu a partir de uma ruptura política, cuja finalidade era manter a situação vigente. Resultam daí os ajustes na política educacional, delineada em dois momentos: a) a instauração de uma política de recuperação da economia, o que causou o aumento da demanda para o ensino superior, acarretando uma crise educacional e b) a adequação do sistema educacional ao modelo de desenvolvimento associado e interdependente, que, por sua vez, autorizou a expansão de cursos superiores particulares, voltados para as demandas do mercado (SINGER, 1997).

A partir de 1990 ocorreu, segundo Cury (1992), uma guinada de rumos na educação brasileira, devido às políticas neoliberais que minimizaram o papel do Estado. Desta forma, o empresariado foi incentivado a abrir IES, respaldado pela LDB de 1996, que resultou da vitória do projeto conservador, que tramitou no Senado, em detrimento do projeto consubstanciado na correlação de forças progressistas, oriundas da Câmara dos Deputados. Em síntese, o ensino superior, com exceção das universidades públicas e das privadas sem fins lucrativos, vem se transformando em mercadoria, negociada, inclusive, na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.

Servindo-se de indicadores da educação superior, disponibilizadas pela Unesco, pelo Inep (Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para fazer uma análise do acesso a esse nível

2 Tendo em vista o exposto, não é de se estranhar que o país apresente uma baixa Taxa Bruta de Escolaridade, que totaliza, apenas, 24, inferior a de outros países da América Latina (UNESCO, 2009).

de ensino no País, nos últimos 40 anos, Pinto (2004) explicita que o Brasil precisa multiplicar 2,5 vezes o investimento no ensino superior público ou aumentar 1,8 vezes os gastos relativos ao Produto Interno Bruto (PIB), para que esse nível de ensino atinja um patamar mais satisfatório.

O Governo Lula, tendo em vista essa necessidade, sancionou a Lei nº 10.558/2002 regulamentada pelo Decreto nº 4.876/03 e, posteriormente, pelo Decreto nº 5.193/04, que deu nova redação aos artigos 3º, 4º, 5º, 8º e 9º do Decreto de 2003. Criou-se, assim, o Programa Diversidade na Universidade pelo qual as ações afirmativas ganharam espaço dentro do ordenamento jurídico da educação. A constitucionalidade das cotas raciais, que vêm causando várias polêmicas na sociedade e na academia, foi tida, recentemente, como procedente pelo Supremo Tribunal Federal. Esclarece-se que, no Brasil, entre a população mais vulnerável e pobre, destacam-se os descendentes dos escravos. Buscando diminuir a discriminação e a exclusão sócioeducacional desses seguimentos sociais, no cenário acadêmico, pela primeira vez, o Estado brasileiro introduziu a Política de Cotas.

Medida tomada para aumentar o ingresso no ensino superior público, encontra-se no Plano de Desenvolvimento da Educação, Decreto nº 6.094/2007, que dispõe sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) cujas metas são: elevação gradual da taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais, para 90%; aumento gradual da relação aluno/professor, até atingir a proporção de 18 alunos para 1 professor; crescimento mínimo de 20% nas matrículas dos cursos de graduação noturnos.

A expansão da Rede Federal de Educação Superior, iniciada em 2003, com a interiorização dos campi das universidades federais, aumentou o número de municípios atendidos, que deveriam passar de 114 no referido ano, para 237, em 2011. Nessa perspectiva, já foram criadas 14 universidades e 100 novos campi, que viabilizaram tanto a ampliação de vagas, quanto a criação de novos cursos de graduação.

O Governo Federal, para ampliar o acesso e a ocupação de vagas no ensino superior, solicitou à Rede Privada contribuição para o crescimento desse nível de ensino, através da participação no Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pela Medida Provisória nº 213/2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.245/04 e institucionalizado pela Lei nº 11.096/05. Trata-se de uma política pública que destina bolsas integrais e parciais para alunos dos cursos de graduação e dos cursos sequenciais das IES privadas, com ou sem fins lucrativos, através de isenção fiscal.

O ProUni visa tanto aumentar o número de jovens entre 18 a 24 anos para ingressar no ensino superior, quanto contribuir para inclusão sócio-educacional

de sujeitos afrodescendentes, indígenas, pessoas com necessidades especiais e docentes da educação básica pública que não cursaram o ensino superior, desde que adentrem em cursos de licenciatura.

O ProUni, segundo Cunha (2007), vai ao encontro da demanda de acesso ao ensino superior gratuito, que não vinha sendo contemplada satisfatoriamente pelo ensino público e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), no sentido de aumentar a taxa de escolarização de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior de 12% para 30%, sendo que a participação do setor público deveria se igualar ou ser superior a 40% do total de alunos³. Corbucci (2004) considera que, para atingir esta meta, seria necessário aumentar o crescimento econômico e implantar políticas públicas, destacando-se a repactuação do sistema tributário acional para ampliar o desenvolvimento econômico e os investimentos no ensino superior público, promovendo a redistribuição indireta da renda para uma parcela da população que teria maiores condições de investir na educação superior.

No Relatório da Pesquisa da qual este artigo é decorrente consta um estado da arte sobre o ProUni, no período de 2005 a 2010, publicado por Oliveira e outros (2010). Indica-se, neste artigo, apenas, o número de produções referentes aos: artigos em revistas (14); trabalhos em anais de eventos (11); capítulos de livro/livros (3); pesquisas, teses/dissertações (16).

Constata-se, no entanto, que o ProUni tem recebido avaliações positivas e negativas⁴. Assim, Corbucci (2004) considera este programa uma iniciativa, ainda que tímida, de redistribuição indireta de renda, ao transferir recursos ligados à isenção fiscal às camadas mais pobres. Leher (2004) avalia o ProUni como uma parceria público-privada, fundada na indiferenciação entre ambos setores, o que tem contribuído para a inserção do ensino superior na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROUNI NA PUC MINAS

Metodologicamente, fez-se a interlocução da investigação qualitativa com a quantitativa, utilizando-se a análise documental, a entrevista semiestruturada, o grupo focal e o questionário. O *lôcus* da pesquisa foi a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)⁵, dando-se ênfase ao *campus* Coração

3 As metas foram vetadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, sendo que no Governo Lula o veto não foi “derrubado”.

4 O Supremo Tribunal Federal, por sete votos favoráveis e um contra, deliberou a constitucionalidade do ProUni, no dia 3 de maio de 2012.

5 A PUC Minas é uma instituição confessional, sem fins lucrativos. Tem como missão promover o desenvolvimento humano e social, através de uma formação humanística, centrada em valores ligados à ética, à solidarie-

Eucarístico, situado em Belo Horizonte, Minas Gerais.

As informações sobre o programa foram obtidas no Centro de Registro Acadêmico e na Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários, que forneceram dados, referentes aos anos de 2005 a 2008: a) Número de bolsistas⁶: 2005 (3.587 bolsistas); 2006 (2.633 bolsistas); 2007 (2.107 bolsistas); 2008 (2.082 bolsistas); b) tipo de bolsa concedida: integral (5.499) parcial (4.910); c) evasão da universidade: 5,6%, em 2006⁷. Nos anos de 2005 a 2008, 1705 alunos se evadiram, sobretudo, ingressando em outros campi e cursos dessa instituição; d) desempenho escolar: a maioria dos bolsistas apresentou nesses anos, desempenhos escolares, entre bons e muito bons, sendo que 252 bolsistas foram “Destaque Acadêmico”.

Na pesquisa empírica, os sujeitos foram: a) Bolsistas do ProUni para os quais foram enviados, virtualmente, pelo Sistema de Gestão Acadêmica (SGA), 3.026 questionários, obtendo-se respostas de 1.475 alunos. Destaca-se que 739 bolsistas se dispuseram a ser entrevistados e, deste total, foram coletados depoimentos de 73 bolsistas, através do Grupo Focal. b) Professores de diferentes cursos, a quem foram remetidos, pelo “SGA do Professor”, 1.833 questionários, com questões “fechadas e abertas”, sendo que a Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) da PUC Minas optou pelo envio, apenas, de uma amostragem, que totalizou 165 docentes.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Perfil dos bolsistas do ProUni

No perfil dos bolsistas, devido à restrição de espaço, são expostos, somente, os principais dados. Gênero/Sexo: feminino (59,5%); masculino (37%); não responderam (3,5%). Os percentuais estão em sintonia com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2009), que identificou um maior número de mulheres, adentrando no ensino superior. Faixa Etária: 17-20 anos (23,9%); 21-25 (46,2%); 26-30 (17,7%); 31-35 (4,9%); 36-40 (2,2%); mais de 40 (1,6%); não responderam (3,5%). As porcentagens referentes às faixas etárias de 17 a 20 e 21

dade e ao compromisso com o bem comum. Sua finalidade é a produção e a disseminação das ciências, artes e cultura, estabelecendo diálogo com a sociedade. Atualmente, possui quatro campi em Belo Horizonte e outros em Poços de Caldas, Betim, Contagem, Arcos, Serro e Guanhães. Na atualidade, sua comunidade acadêmica reúne: 63.528 alunos, 47.434 na graduação, 8.391 na especialização, 833 no mestrado e 267 no doutorado. À PUC estão vinculados 1.833 professores e 2.351 funcionários.

6 Destaca-se que, no período de 2005 a 2008, o total de alunos matriculados na PUC Minas foi de 48.103, sendo que, desses, 10.409 eram bolsistas do ProUni.

7 “Alunos do ProUni têm bom desempenho,” *Jornal PUC Minas*, ano XIX, n. 272, fev. 2006 .

a 25 anos evidenciam que o ProUni vem aumentando o número de alunos, na faixa priorizada pela Unesco que, segundo Silva Júnior e Sguissardi (2005, p.21), no Brasil, “tem baixíssima cobertura, mesmo se comparada a países de periferia ou semiperiferia”. Renda familiar: até um salário mínimo (SM) (4,6%); até 2 SMs (22,4%); até 3 SMs (34,8%); até 4 SMs (25,8%); acima de 5 SMs (8,9%); não responderam (3,5%). Segundo dados do PNAD de 2009, a renda média familiar apresentou crescimento de 2,25%, em relação a 2008, atingindo um rendimento salarial de R\$1.111,00. Atividade laboral: não trabalham (60,4%); trabalham (36,1%); não responderam (3,5%). O fato de mais de 60,4% dos bolsistas não trabalharem pode ser explicado, pois, a partir deste milênio, “com o rebentamento da bolha das tecnologias da informação e da comunicação e com a redução da atividade econômica, o desemprego aumentou a “chaga” social do desemprego juvenil que atinge, sobretudo, os jovens menos qualificados.” (AZEVEDO; FONSECA, 2008, p. 16). Renda individual: até um SM (35,9%); dois SM (18,2%); mais de três SM (6,3%); não responderam (3,5%); não se aplica (36,1%). Atividades acadêmicas desenvolvidas na PUC: bolsista de iniciação científica (24,2%); monitoria (18,3%); bolsista de extensão (26,9%); outras atividades (22,1%); não responderam (3,5%); não se aplica (5%). Essas atividades contribuíram tanto para a permanência dos bolsistas, devido à remuneração recebida, quanto para lhes oportunizarem novos conhecimentos. Conforme Faceira (2009), a PUC-Rio oferece essas atividades e disponibiliza “vale transporte” e “vale refeição”.

Desempenho escolar: excelente (10,8%); muito bom (49,3%); bom (29,4%); regular (5,5%); péssimo (0,6%); não responderam (4,4%). Pesquisa realizada por Frankenberg e Côrtes (2006) nos cursos de engenharia da PUC Rio Grande do Sul evidenciou que os bolsistas do ProUni obtiveram desempenhos muito satisfatórios. Faceira (2009) constatou que os bolsistas alcançaram resultados positivos. Gois e Menchein (2009) explicitam que os bolsistas do ProUni obtiveram desempenhos iguais ou superiores aos alunos não bolsistas no Exame Nacional de Desenvolvimento de Estudantes, em 2007. Dificuldades de permanecer na PUC: bolsa parcial (3% dos bolsistas); custo do transporte (7,2%); custo da alimentação (5,5%); custo com livros e material (24,8%); conciliar estudo com trabalho (34,7%)⁸. Para Zago (2006), não basta o acesso ao ensino superior, mesmo sendo público, aos alunos das classes desfavorecidas que, geralmente, carecem dos capitais econômico, cultural e familiar. Assim, é preciso, também, assegurar-lhes a permanência que só alcançará índices mais altos, se for melhorada a qualidade da educação básica e diminuída a desigualdade socioeconômica. Participação em associações acadêmicas, políticas, religiosas e culturais: diretório

8 Os valores apresentados não totalizam 100%, pois nesta exposição foi contemplado, apenas, o percentual referente à opção “Sim”, desprezando-se o “Não” e o “Sem Resposta”.

acadêmico (8,6%); diretório central dos estudantes (13,3%); partido político (1,3%); instituições religiosas (34,2%); associações de bairro (2,2%); outros (30,2%). Para Zago (2005), os alunos das classes populares travam uma luta entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, devido à dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Escolaridade das mães: ensino fundamental incompleto (37,9%); ensino médio completo (23,3%); ensino fundamental completo (10,8%); ensino médio incompleto (8,7%); curso técnico (3,2%); ensino superior completo (6,9%); sem escolaridade (3,5%); ensino superior incompleto (3,1%); não responderam (2,6%). Escolaridade dos pais: ensino fundamental incompleto (40%); ensino fundamental completo (12%); ensino médio incompleto (8,5%); ensino médio completo (19,6%); sem escolaridade (6,5%); ensino superior completo (3,7%); curso técnico (3,6%); ensino superior incompleto (3,5%); não responderam (22,6%).

DADOS COLETADOS PELO GRUPO FOCAL

Esse instrumento foi aplicado a 73 bolsistas, mas devido ao grande número de alunos, optou-se por explicitar, apenas, alguns depoimentos, referentes às 11 categorias, identificadas a seguir.

1ª Categoria: dificuldades na universidade

[...] Parei de estudar, no 2º ano do 2º grau. Casei, tive filhos. Voltei. Fiquei com medo, depois de mais de 20 anos parada, mas tive sucesso graças a Deus! Ao entrar na faculdade verifiquei que os colegas estavam bem na frente e foi difícil pegar o ritmo, mas estou dando conta (Aluna de Pedagogia).

[...] Estudei em um colégio interno, em Neves, apesar do público e carente, ele era bom. Eu sempre estudei muito, sabia que estava tendo oportunidade de fazer o ensino médio, em uma escola que não pagava e era boa. Na PUC, estou indo bem (Aluno de Direito).

[...] Demorei um pouco a entrar na PUC, formei em escola pública e não tinha base, fui aprendendo, aqui (Aluna de Publicidade e Propaganda).

Essas falas mostram a luta dos bolsistas para superarem a precariedade do ensino médio público. Arroyo (2004) afirma que, para entender a difícil trajetória escolar de estudantes das classes marginalizadas, é necessário compreender o contexto concreto de vida fora da escola, pois são caminhadas tão parecidas, que se confundem.

2ª Categoria: apoio e incentivo da família

Os depoimentos colhidos evidenciam que os pais dos bolsistas, apesar da baixa escolaridade, incentivaram seus filhos a estudar, para melhorarem a vida. Assim, sem lerem Bourdieu (1975), tinham consciência da importância do capital escolar, princípio culturalmente distinto da classificação social, nas sociedades contemporâneas.

Meus pais não têm instrução. Minha mãe fez EJA do ensino fundamental. Meu pai só tem quatro anos de estudo. Tive apoio, mas não pensaram por mim, dizendo “faça isso, ou faça aquilo”. Mas estão orgulhosos, felizes (Aluno de Arquitetura e Urbanismo).

[...] Incentivo afetivo eu tive. Agora, financeiro foi zero, mas por total falta de condições. Meus pais são zeladores de uma escola pública, seus salários são mínimos, quase nada (Aluno de Turismo).

[...] Lá em casa, meus pais não têm escolaridade. Lutaram para eu não desanimar e ter futuro igual ao deles. Eles falavam: “_você não tem escolha, tem que estudar, você pode depois de ter diploma, fazer o que quiser, mas o diploma você tem de tirar” (Aluna de História).

3ª Categoria: avaliação do Enem

Os entrevistados avaliaram, positivamente, o Enem, por priorizar questões de cunho analítico-reflexivo e lhes ter possibilitado o acesso à universidade. Segundo Geraldo (2010), os bolsistas, sujeitos da sua pesquisa, declararam que o Enem lhes possibilitou ingressar no ensino superior, uma vez que o vestibular era visto como entrave.

Admiro o Enem, ele não cobra conhecimentos decorados na escola, mas capacidade de reflexão e interpretação. É um bom instrumento para selecionar para o ProUni e a realidade mostra isso, pois os bolsistas são bons alunos (Aluno de Direito).

O Enem foi, para mim, uma porta de entrada, para fazer uma boa faculdade, gratuitamente, isso me fez sonhar de novo, cursar o ensino superior. [...] (Aluna de Publicidade e Propaganda).

A estrutura do Enem é diferente da do vestibular; até o pensamento e o raciocínio que você usa são diferentes, pois não se prende à decoreba (Aluna de Fisioterapia).

4ª Categoria: avaliação do ProUni

Esses depoimentos evidenciam a valorização do ProUni como política pública de ingresso no ensino superior. Contudo, como foi mencionado por um aluno, muitos estudantes, excluídos social e educacionalmente, não conseguem bom desempenho no Enem. De acordo com Almeida (2009), para se inscrever no Programa, o estudante tem de obter nota mínima de 4,5 no Enem, então, o ProUni não é para todos.

O Programa foi a solução que eu tive, prá fazer a universidade. [...] Sempre tive de estudar e trabalhar, pois meus pais não tinham como me manter (Aluno de Engenharia de Controle e Automação).

Eu acho o ProUni uma graça de Deus. Foi a melhor coisa que o Governo podia fazer para mim. Deveria melhorar a educação básica, mas isso é tarefa para muitos anos, então, para o pobre fazer ensino superior é só pelo ProUni; mas ele não soluciona tudo, pois tem muitas pessoas carentes, que não conseguem passar no Enem (Aluno de Arquitetura e Urbanismo).

Prá mim, o ProUni é excelente! Sem o ProUni, eu que queria demais, não ingressava no ensino superior, muito menos em uma universidade qualidade. Só com este programa estou podendo fazer curso superior (Aluna de Pedagogia).

5ª Categoria: escolha e avaliação do curso

A fala dos bolsistas mostra que não tiveram dificuldades e estão satisfeitos com o curso e a universidade. Destaca-se que, na PUC Minas, os bolsistas do ProUni estão matriculados em diferentes cursos, inclusive, naqueles considerados como elitizados e, assim, não vem ocorrendo a denominada “democratização excludente”, como Duru-Bellat (2003) identificou em sua pesquisa.

Eu escolhi a PUC pelo seu renome, mas hoje vejo que ela é mais do que o nome, é muito melhor, pois a Universidade oferece oportunidades de pós-graduação e extensão. Faço Fonoaudiologia que é um curso muito bom; sou apaixonada, principalmente, pela área cirúrgica, que dá muitas oportunidades e eu quero crescer, profissionalmente (Aluna de Fonoaudiologia).

Tentei a Federal, mas não passei, depois só queria a PUC, que tem ensino, pesquisa e extensão. Procuro estudar muito, ter boas notas e aproveitar a biblioteca e outras possibilidades que a PUC oferece [...](Egressa de Ciências Contábeis).

Eu sou do interior, não me preparei bem para entrar na Federal, pois quem estudou em escolas particulares tem todas as chances e sobram poucas vagas para os outros. Escolhi a PUC, pela qualidade e eu sempre sonhava de nela estudar. Eu faço Ciência da Computação, pois tem mercado bom e gosto de computador e o curso é ótimo e eu me formei, com sucesso. Quero fazer mestrado e visto,

com orgulho, a camisa da PUC (Egresso de Ciências da Computação).

6ª Categoria: facilidades e dificuldades no curso

Os bolsistas tiveram de estudar muito e ter disciplina, para se tornarem bons alunos. Informaram, também, que tiveram dificuldades de adquirir livros, outros materiais e de ter acesso aos bens culturais, às viagens e aos cursos de Línguas. Nesta direção, Ferri e outros (2010) enfatizam que o ProUni viabilizou a igualdade de oportunidades e a meritocracia; entretanto, as desigualdades em diversos âmbitos continuaram.

As facilidades vêm do meu empenho, esforço e estudo. Agora, tenho várias dificuldades. A primeira, é o choque cultural, quando se chega à universidade, que é um lugar acadêmico. O outro choque é se deparar com diferenças sociais, econômicas e culturais dos alunos, aqui, da PUC. Não é questão de um e outro aceitarem as diferenças, mas o nível financeiro é outro, muito mais alto, eles podem estudar várias línguas, viajar para o exterior e tudo isso faz a diferença (Aluna de Relações Públicas).

Em termos de base anterior, felizmente tenho alguns bons conhecimentos que me permitem ir bem no curso; também, tenho disciplina nas aulas e nos estudos. A dificuldade é no material, pois os livros são caros e existem livros e revistas que a biblioteca não tem (Aluna de Direito).

A dificuldade era o tempo para estudar; o currículo de engenharia é muito puxado e os professores muito rigorosos. Sempre tive boas notas, começando a trabalhar, elas caíram um pouco, mas continuei boa aluna. Estudava muito, mas não tinha condições de comprar livros, ir a congressos. Tirava livros na biblioteca e fazia os trabalhos no laboratório de informática, pois não tinha computador [...] (Egressa de Engenharia Civil).

7ª Categoria: participação em atividades acadêmicas

A maioria dos bolsistas buscou participar da Iniciação Científica, da Monitoria e do Projeto de Extensão. Eles explicitaram que a pequena remuneração contribuía tanto para permanecerem na instituição, quanto para suas formações acadêmicas.

Participo da Iniciação Científica, gosto muito, o crescimento acadêmico é fantástico e a gente começa a aproveitar mais o curso e passa a ter um lugar diferente, na universidade. Na parte financeira a bolsa é insatisfatória, mas o crescimento acadêmico, o contato que você tem com os professores-pesquisadores vale a pena. Quero entrar no mestrado e ser pesquisadora (Aluna de Pedagogia).

Eu fiz monitoria no Curso de Comunicação e isso abriu portas para muitos estágios e estou fazendo estágio na PUC TV e ganho bolsa R\$350,00 e dá para a gente se virar. Sou filho de uma funcionária da cantina da PUC e meu pai é analfabeto. Aprendi a sobreviver com pouco recurso. Mas essas oportunidades na PUC estão me fazendo crescer e eu vou ser um bom profissional (Egressa de Relações Públicas).

Eu fiz estágio, na extensão, com um professor, a remuneração era de R\$300,00 e me ajudou, financeiramente. Além disso, aprendi muito e, certamente, irá me ajudar na minha vida profissional, pois já está colaborando para eu ter melhor desempenho no curso (Aluna de Engenharia de Controle e Automação).

8ª Categoria: conciliação entre estudo e trabalho

Os bolsistas consideraram difícil para o estudante-trabalhador ser bom aluno, principalmente, pelo pouco tempo disponível para estudar:

Trabalhar e estudar e ser bom aluno não é fácil. A gente tem sono na aula noturna, mas toma café, abre bem os olhos e procura, a todo custo, ser bom aluno. [...] é difícil, porque tem o trabalho de casa, mas eu “tô” (sic) conseguindo e vou conseguir ser alguém na vida (Aluna de Ciências Econômicas).

Consigo conciliar bem estudo e trabalho, pois nele dá até para estudar um pouco. Mas tenho tempo de estudar, no final de semana, então, não tenho lazer, diversão, mas sou determinado, tenho um foco, um fim, pois nós do ProUní sabemos aproveitar a oportunidade que nos foi dada (Aluno de Engenharia Mecatrônica).

Conciliar trabalho e estudo não é uma tarefa fácil. Principalmente, no meu curso, que é muito difícil dar conta de tanta exigência e cobrança. Mas tenho conseguido ter boas notas. Quanto ao estágio, estou fazendo aqui, dentro da PUC, e isso facilita [...] (Aluna de Pedagogia).

Lambertucci (2007) ressalta que a maior parte dos bolsistas de sua pesquisa gostaria de fazer estágios remunerados, no âmbito da própria instituição, o que lhes viabilizaria uma fonte de renda, além de lhes possibilitar a conciliação entre atividade laboral e os estudos.

9ª Categoria: relação com colegas e professores

Os bolsistas relataram manter boas relações com colegas e professores. Em alguns depoimentos, informaram se sentir diferenciados, frente aos outros colegas não bolsistas, que estavam vinculados às classes sociais mais favorecidas social e economicamente.

A relação com os colegas é ótima. É lógico que na turma tem divisão, grupinhos. Eu me relaciono mais com os colegas do ProUní, porque temos mais identidades

e vivenciamos problemas, dificuldades semelhantes. Mas não sofro preconceito e discriminação, nada disso. Os professores são atenciosos e não discriminam a gente, pelo contrário, apoiam (Aluna de Arquitetura e Urbanismo).

Senti certa discriminação, pois em algumas decisões da turma, alguns falavam: “você não pagam e não têm de reclamar de professor” etc. Mas falei que tinha direito de participar e querer um ensino bom. Fora isso, não tive mais problemas. Os professores são amigos, compreensivos e incentivadores do nosso desempenho (Egressa de Serviço Social).

Para mim, foi tranquilo, eu pensava que existiria exclusão, por conta de ser bolsista, mas os alunos da noite estão mais ou menos na mesma situação, isto é, todo mundo tem dificuldade financeira. Os professores tratam todos os alunos da mesma forma, sem discriminação (Aluna de Psicologia).

10ª Categoria: qualidade da infraestrutura

A maioria dos bolsistas considerou a infraestrutura da instituição como excelente e/ou, muito boa; contudo, alguns relataram que na biblioteca alguns livros, indicados pelos professores, tinham poucos exemplares disponibilizados.

Dentre o que eu tenho necessidade, consigo achar na biblioteca. O laboratório de informática me ajuda muito, acho que as cantinas são caras e o xerox também, principalmente para nós, do ProUni (Aluna de Fonoaudiologia).

O espaço da PUC é muito bacana. Eu passo muito tempo na biblioteca, que tem muitos livros, mas faltam alguns, que são importantes. Os laboratórios são bons, o chato é que quando o professor pede a sala, o laboratório para, no meio do trabalho da gente (Aluna de Psicologia).

Para mim, a infraestrutura é boa. A biblioteca deveria ter mais livros, principalmente aqueles indicados pelos professores. Os laboratórios são satisfatórios e as salas de aulas são amplas, apenas, as carteiras são péssimas. Além disso, tem pouco data-show, é difícil para os docentes usarem (Egressa de Serviço Social).

De acordo com Batista e Odelius (1999), alguns aspectos da infraestrutura podem interferir no trabalho docente e na aprendizagem dos alunos. Segundo eles, é importante que a instituição conte com uma infraestrutura compatível com as necessidades de alunos e docentes, contribuindo para a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

11ª Categoria: planos para o futuro

No que se refere a esses planos, os bolsistas responderam que desejavam ingressar no mercado de trabalho, melhorar de vida e prosseguir os estudos, seja

através de uma pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu*.

Quero ingressar em um escritório de Arquitetura, mas é difícil, pois tenho poucos contatos e quem contrata arquiteto é gente que tem dinheiro. Quero estudar mais, pois o campo da arquitetura é amplo e acho que, um dia, vou conseguir ser um profissional com êxito, viajar, ter melhores condições de vida (Aluno de Arquitetura e Urbanismo).

No futuro imediato, quero fazer um bom estágio, aprender, fazer contatos, para facilitar, quando me formar, pois quero ser um profissional competente (Aluna de Relações Públicas).

Tenho muitos planos, muitos sonhos! Pretendo fazer mestrado, doutorado, publicar livros, participar e fazer palestras em eventos. Por isso, estudo, sou disciplinada e peço aos professores titulados e pesquisadores que me orientem (Egressa de Pedagogia).

RESPOSTAS DOS PROFESSORES

Perfil dos docentes

Gênero/Sexo: masculino (56,97%) e feminino (43,03%). No Brasil, segundo Hypólito e outros (2003), constata-se um processo de feminização do magistério, de modo especial, na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, sobretudo, devido às precárias condições salariais e de trabalho, vivenciadas nesses níveis de ensino. No ensino superior, a predominância é, geralmente, do sexo masculino. Dados do Censo da Educação Superior de 2008 mostraram que 44,9% dos docentes em exercício e dos afastados eram mulheres e 55,1% dos professores eram homens. Contudo, em muitas IES particulares, assiste-se a um processo de feminização, tendo em vista os baixos salários e a perda da autonomia dos docentes. Titulação: mestres (58,79%); doutores (25,45%); especialistas (13,94%) e graduados (1,82%). O mesmo Censo do Ensino Superior destacou que 40,4% dos docentes de universidades, centros universitários e faculdades tinham, apenas, curso de especialização. O corpo docente da PUC Minas, na atualidade, é formado por 32% de professores doutores; 51%, mestres; 13%, especialistas e 4% graduados (Secretaria de Planejamento da PUC Minas), atendendo, assim, plenamente, às determinações do MEC. Contudo, muitos pesquisadores consideram que a LDB de 1996 deveria ter definido os percentuais exigidos de mestres e doutores, dando primazia aos últimos. Experiência no Magistério: 1 a 5 anos (13,33%); 6 a 11 anos (24,85%); 12 a 17 anos (22,42%); 18 a 23 anos (13,33%) e acima de 24 anos (23,03%). Especificamente como docente, na PUC Minas: 1 a 5 anos (21,21%); 6 a 11 anos (36,97%); 12 a 17 anos (15,76%);

18 a 23 anos (13,33%) e acima de 24 anos (12,73%). Tardif (2005) considera que os saberes experienciais dos professores são importantes, no âmbito dos “saberes plurais” que eles devem possuir. Carga Horária: até dez horas semanais (9,70%); de 11 a 20 horas (30,30%); de 21 a 40 horas (60%). A dedicação do professor a somente uma instituição aumenta seu sentimento de identidade e pertencimento, o que pode contribuir para o bem-estar, diminuição do estresse e para a melhoria da prática docente (FANFINI, 2005), (HYPOLITO et al, 2003). Conhecimento do ProUni: não tinham conhecimento do Programa (65,45%); tinham conhecimento do Programa (34,55%). Esses dados indicam que os gestores das IES, geralmente, não priorizam um melhor nível de comunicação e participação dos docentes e de outros profissionais, nos projetos e programas desenvolvidos (OLIVEIRA, 2005). Identificação dos alunos bolsistas: identificaram os bolsistas (52,12%); não os identificaram (8,48%) e não tinham conhecimento do ProUni (39,40%).

Avaliação do ProUni

A maioria (87%) avaliou, positivamente, o Programa; 7%, negativamente; 6% responderam que não sabiam avaliá-lo, como mostram as respostas:

“Muito bom, tem dado oportunidade a alunos dedicados”; “Necessário, para melhorar a democratização do ensino superior”; “Cumpre bem seu objetivo de inclusão”; “Tenho as melhores notícias sobre o ProUni, na PUC Minas”; “Grande instrumento de inclusão social; bem gerenciado pela PUC”; “Programa consolidado e bem sucedido”; “Critico o Programa, pois a classe média ficou prejudicada, em termos de bolsas, na PUC”; “Parece positivo em termos quantitativos, mas, qualitativamente, tenho restrições”.

Avaliação dos Bolsistas

A maioria (78%) o avaliou positivamente; 15% afirmaram que os bolsistas apresentavam dificuldades e 7% não os souberam avaliar, conforme se evidencia, a seguir: “Interessados e do mesmo nível dos outros alunos”; “Não percebo diferenças entre bolsistas e não bolsistas”; “Em geral, os bolsistas acompanham, muito bem, as disciplinas, alguns são destaques acadêmicos”; “Os bolsistas costumam ser melhores, dos que os que chegam pelo vestibular”; “Os que tive são de ótima qualidade”; “Dedicados, estudiosos e preocupados em ter boas notas”; “Despreparados, até para se colocarem, no âmbito universitário”; “Esforçados, mas desnivelados, em relação a outros colegas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa evidenciaram que o ProUni, no âmbito da PUC Minas, vem se desenvolvendo como decorrência de uma política pública de inclusão sócio educacional de êxito entre os alunos. Resultados semelhantes foram encontrados pelas investigações realizadas na PUC do Rio de Janeiro e na PUC do Rio Grande do Sul, conforme mostram as investigações citadas, respectivamente, por Faceira (2009) e Frankenberg e Côrtes (2006).

Entretanto, constatou-se que a produção acadêmica sobre esse programa, em sua maioria, aparentemente, não possui base em pesquisas empíricas, lhe tecem críticas, traduzidas, sobretudo, na destinação de verbas públicas para as IES privadas, na precária qualidade do ensino ofertado e na carência de condições para assegurar a permanência dos bolsistas. Em decorrência, seus autores defendem o aumento de investimentos nas universidades públicas, para oportunizar níveis crescentes de expansão e a continuidade de um ensino de qualidade, viabilizado pelo desenvolvimento e pela integração da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Embora nas duas gestões do Governo Lula o ensino superior público tenha se expandido, o crescimento foi insuficiente, para atender, em especial, aos jovens da faixa etária privilegiada pela Unesco. Para resolver essa questão com maior rapidez, esse governo fez uso do grande número de IES particulares. Por se tratar de uma política em ato, enquanto o Governo Federal não amplia, em maiores proporções, sua própria Rede, faz-se necessário que selecione, criteriosamente, essas instituições e acompanhe a implementação e o desenvolvimento do Programa. Esse controle torna-se impositivo, pois, após a promulgação da LDB em vigência, ocorreu, reforça-se exacerbado crescimento de IES particulares com fins lucrativos que, geralmente, ofertam um ensino inconsistente, com muitas fragilidades, precarizam as condições salariais e de trabalho dos professores e direcionam suas metas para o mercado, transformando a educação em mercadoria.

Os autores deste artigo, embora respaldem que a educação é dever do Estado e direito do cidadão, consideram que é preciso ser mais cauteloso na análise do ProUni, principalmente, no âmbito de universidades sem fins lucrativos. Esse posicionamento se justifica, sobretudo, porque essas instituições, notadamente, se constituem como universidades que privilegiam o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa forma, viabilizam aos bolsistas do ProUni ingressarem na iniciação científica nos âmbitos da Pós-graduação e da Extensão, oportunizando-lhes, tanto uma melhor capacitação acadêmico-científica, quanto uma remuneração financeira que podem contribuir para sua permanência na universidade.

Quanto ao discurso do direcionamento de verbas públicas para IES privadas, explicitado na maioria das produções identificadas, faz-se necessário um

esclarecimento. Embora se possa questionar a destinação de recursos decorrentes da isenção fiscal, para IES privadas, aumentando os lucros do empresariado da educação, o procedimento não pode reverter em favor das universidades públicas, pois, se as verbas decorrentes da isenção fiscal forem extintas, elas não poderiam ser transferidas para estas instituições⁹.

Em síntese, é preciso, diferenciar as IES privadas com fins lucrativos, das sem fins lucrativos, dentre as quais se destacam algumas já constituídas, verdadeiramente, como universidades, entre as quais se destacam as PUC, que, tradicionalmente, vêm se distinguindo como referenciais de qualidade, no campo do ensino superior.

Finalmente, recomendam-se as investigações empíricas nessas universidades, pois pesquisas que as tiveram como “loci,” têm divulgado o êxito do ProUni como decorrência de uma política pública, que promove o acesso a mais pessoas no ensino superior, assegurando aos bolsistas um ensino de qualidade, que os motiva a obter, na sua grande maioria, bons e/ou excelentes desempenhos acadêmicos e baixos índices de evasão escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria A. **Universidade para Todos: O ProUni na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior**. 2009. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004.

AZEVEDO, J; FONSECA, A. **Imprevisíveis itinerários de tramitação escolar-trabalho**. Porto: Editora FML, 2008.

BATISTA, Anália Soria; ODELIUS, Catarina Cecília. Infraestrutura das escolas públicas. In: CODO, Wanderley (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. Cap. 8, p. 161-173.

BRASIL. Decreto nº 4.876, de 12 de novembro de 2003. **Diário Oficial da**

9 Cunha (2007) esclarece que os recursos dessas contribuições têm destinação específica e nenhum deles poderia se direcionar para as IES públicas, direta ou indiretamente. Dessa forma, os recursos que se destinariam para essas instituições, caso não ocorresse a renúncia de impostos, teriam de obedecer ao tratamento definido pelos orçamentos governamentais, sendo, portanto, indeterminado o montante de recursos que reforçaria os orçamentos das universidades federais.

União, Brasília, 13 nov. 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.193, de 24 de agosto de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 ago. 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.245, de 15 de outubro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 out. 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 a abril de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1968.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 nov. 2002.

BRASIL. Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2005.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 set. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior – 2008**. Brasília: INEP. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta**. 08 set. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708&id_pagina=1>. Acesso em: 9 dez. 2010.

BOURDIEU, P. **La distinction**. Paris: Ed. de Minuit, 1979.

CORBUCCI, Paulo R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, out. 2004.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**: O ensino superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 295p.

CUNHA, Luiz Antonio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: estado e mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas (SP), v.25, n.88, p. 795-817, out. 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas (SP), v. 28, n.100, p. 809-829, out. 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O público e o privado na educação brasileira**: Estado e educação. Campinas: Papirus, 1992.

DURU-BELLAT, M. **Les inégalités sociales à l'école**: gènes et mythes. Paris: Press Universitaires, 2003.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **O ProUni como política pública em suas instâncias macro-estruturais, meso-institucionais e microsocial**: pesquisa sobre a sua implementação pelo MEC e por duas Universidades na Região Metropolitana do Rio. 2009. 238f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FANFINI, E. T. **La condición docente**: análises comparado de la Argentina, Brasil, Peru, Uruguai. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

FERRI, Cássia e outros. Políticas inclusivas no ensino superior: análise do acesso, permanência e aprendizagem de bolsistas do ProUni, na Universidade do Vale do Itajaí, no período de 2006 a 2007. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 91, n. 288, p. 367-389, mai-ago, 2010.

FRANKENBERG, Cláudio Luis Crescente; CÔRTEZ, Helena Sporleder. O impacto do ProUni sobre a universidade – levantamento e diagnóstico preliminar

do rendimento de alunos da primeira turma a ingressar sob a modalidade de seleção, nos cursos de engenharia da PUCRS. In: COBENGE 2006 - Ensino de engenharia: empreender e preservar, 2006, Passo Fundo. **Anais do XXXIV COBENGE**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, set. 2006, p. 842 - 852.

GERALDO, Aparecida. **Os egressos do ProUni e cotas no mercado de trabalho: uma inclusão possível?** 2010. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Prebisteriana Mackenzie, São Paulo.

GOIS, Antônio; MENCHEIN, Denise. Bolsistas têm nota igual ou maior que pagante. **Folha de São Paulo, São Paulo**. 15 jun. 2009. Cotidiano. Disponível em: <<http://www.sinprorp.org.br/clipping/2009/080.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

HYPOLITO, A. M. et al. Trabalho docente, profissionalização e identidade: contribuição para a constituição de um campo de estudo. **Educação e Revista**, Belo Horizonte, n. 37, p. 123 – 138, jul. 2003.

LAMBERTUCCI, Glória Maria. **Um olhar sobre o percurso acadêmico de bolsistas do ProUni da PUC Minas, na perspectiva da relação com o saber**. 2007. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 867-891, out. 2004.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de. **Gestão educacional: novos olhares e novas abordagens**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 119p.

OLIVEIRA, M. A. M. e outros. **ProUni: análise de uma Política Pública no âmbito da PUC Minas**. Relatório de Pesquisa. FIP PUC Minas. 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas (SP), v. 25, n.88, p.727-756, out. 2004.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou a continuidade de privatização mercantilização do público? **Revista Brasileira de**

Educação, Rio de Janeiro, n. 29, p. 11 – 27, maio/ago. 2005.

SINGER, Paul. **A crise do milagre**: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TARDIF, M. **Saberes Docentes**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humana. Petrópolis: Vozes, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E CULTURA - UNESCO. **Educação para Todos em 2015**: Um objetivo acessível? São Paulo: Moderna, 2009.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226 - 237, maio/ago. 2006.

MARIA AUXILIADORA MONTEIRO OLIVEIRA é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pós-doutora pela UNICAMP e pela Universidade do Porto (UP). É professora do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Minas. Autora de livros e de diversos artigos publicados em periódicos. E-mail: dorinhapuc@hotmail.com

MARINA LINDAURA MARANHA CONTARINE é graduada em Pedagogia pela PUC Minas, Bolsista de Apoio Técnico no Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Minas, na Linha de Pesquisa “Educação: Direito à Educação e Políticas Educacionais para os Diferentes Níveis e Modalidades de Ensino”. Autora e coautora de trabalhos apresentados em eventos acadêmicos. E-mail: marinacontarine@yahoo.com.br

CARLOS ROBERTO JAMIL CURY é doutor em educação pela PUC-SP, com estágios de pós-doutorado na USP, na Université René Descartes e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França. É professor do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Minas. Autor de livros e de centenas de artigos publicados em periódicos. E-mail: crjcury.bh@terra.com.br

Recebido em dezembro de 2011.

Aprovado em março de 2012.